

partir de 19 de Fevereiro de 2007. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 22 194/2006

Por despacho de 3 de Julho de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de agregação na área das Ciências do Desporto, na disciplina de Fisiologia do Esforço II, requeridas pelo professor associado Victor Manuel Machado Ribeiro dos Reis:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutor Estélio Martin Henrique Dantes, professor catedrático da Universidade Federal de Rio Grande.

Doutor António Teixeira Marques, professor catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Doutor José Alberto Ramos Duarte, professor catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Doutor Pedro Augusto Cordeiro Sarmento, professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Henriques Fuentes Gomes Pereira, professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Armando Mascarenhas Ferreira, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Carlos Alberto Sequeira, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Jorge António Colaço, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Carlos da Costa Assunção, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Miguel Videira Monteiro, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor José Nunes Esteves Rei, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor José Jacinto Branco Vasconcelos Raposo, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor José Afonso Moreno Bulas Cruz, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2006. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Instituto Superior de Engenharia

Regulamento n.º 207/2006

Considerando o disposto na alínea a) do artigo 31.º dos Estatutos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, homologados por despacho de 10 de Abril de 1997 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, de 29 de Abril de 1997, e alterados por despachos publicados em 23 de Julho e 30 de Setembro de 1998, 26 de Outubro de 2000 e 27 de Julho de 2006, a seguir se publica a primeira alteração ao regulamento do conselho pedagógico, aprovada em reunião de 13 de Setembro de 2006:

«Artigo 3.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — O presidente é eleito na primeira reunião do plenário após a homologação dos resultados das eleições para o conselho pedagógico, nos termos do número seguinte.

5 — Considerar-se-á eleito o professor que obtiver a maioria absoluta dos votos, disputada entre os dois candidatos mais votados.

6 — (*Anterior n.º 4.*)

7 — (*Anterior n.º 5.*)

8 — (*Anterior n.º 6.*)

9 — (*Anterior n.º 7.*)

10 — (*Anterior n.º 8.*)

Artigo 4.º

[...]

- 1 —
- 2 — A primeira reunião é convocada e dirigida pelo professor eleito mais antigo da categoria mais elevada conforme lista de antiguidade afixada pelo conselho directivo.

Artigo 15.º

[...]

- 1 —
- 2 — Se esta maioria não se formar, nem se verificar empate, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se aquela situação se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte, na qual será suficiente a maioria relativa.»

17 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Bernardino*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho (extracto) n.º 22 195/2006

Por despacho de 13 de Junho de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolseiro, dentro e fora do País, à equiparada a professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, Teresa Cristina Pereira Eugénio, durante o 1.º semestre do ano lectivo de 2006-2007.

Por despacho de 26 de Setembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a prorrogação da equiparação a bolseiro, no País, pelo período de um ano, com início no 1.º semestre do ano lectivo de 2006-2007, para efeitos de doutoramento, ao assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria Luís Manuel da Silva Cotrim.

Por despacho de 22 de Setembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolseiro, fora do País, no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2006, ao equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria Filipe Jorge Mota Pinto.

Por despacho de 22 de Setembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolseiro, fora do País, no período de 25 a 30 de Setembro de 2006, ao equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria João Carlos Marques Silva.

Por despacho de 26 de Setembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolseiro, fora do País, à equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria Tânia de Matos Gomes Marques, pelo período de um ano, com início no 1.º semestre do ano lectivo de 2006-2007.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal Contas.)

16 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Despacho (extracto) n.º 22 196/2006

Por despacho de 12 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, foi o mestre Armando do Carmo Gonçalves

nomeado provisoriamente, por três anos, professor-adjunto do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato como equiparado a professor-adjunto a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Amélia Pacheco Nunes de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 22 197/2006

Por despacho de 12 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, o mestre Eusébio Pires da Silva foi nomeado provisoriamente, por três anos, professor-adjunto do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato como equiparado a professor-ad-

junto a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Amélia Pacheco Nunes de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 22 198/2006

Por despacho de 12 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, o mestre Ezequiel António Nunes Fernandes foi nomeado provisoriamente, por três anos, professor-adjunto do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato como equiparado a professor-adjunto a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Amélia Pacheco Nunes de Almeida*.

CONCURSOS PARA CARGOS DIRIGENTES

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Aviso n.º 11 653/2006

1 — Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Área de actuação — a prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 83/2001, de 9 de Março.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes dos artigos 11.º, 12.º e 20.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com as disposições da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro.

4 — Perfil pretendido:

- a) Habilitação superior na área da Gestão/Economia;
- b) Experiência no exercício de funções dirigentes na área de gestão financeira e patrimonial;
- c) Experiência profissional na área de gestão financeira e patrimonial em organismos do Ministério da Justiça e ou secretarias-gerais.

5 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, remetido pelo

correio com aviso de recepção e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de funcionamento, em envelope fechado, com a seguinte referência expressa: «Procedimento concursal para provimento do cargo de director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial.»

O requerimento deve indicar todos os elementos necessários a uma correcta apreciação da candidatura, sendo acompanhado do *curriculum vitae* do candidato, actualizado, detalhado, datado e assinado, dos documentos comprovativos dos factos nele mencionados, de declaração emitida pelo serviço de origem referindo a natureza do vínculo à Administração Pública e a antiguidade na carreira e na categoria, bem como de fotocópia do bilhete de identidade.

7 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Helena Maria José Alves Borges, secretária-geral-adjunta.

Vogais:

Prof.ª Doutora Manuela Duarte, docente universitária.

Licenciado João Carlos Ouro Sardinha, vogal do conselho de direcção dos SSMJ.

8 — Publicitação — conforme disposto no artigo 21.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o aviso de procedimento concursal será publicitado na bolsa de emprego público em 30 de Outubro de 2006 e em órgão de imprensa de expansão nacional.

17 de Outubro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES E ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Aviso n.º 11 654/2006

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, publicita-se a abertura de processo de selecção para preenchimento de uma vaga de chefe da Divisão de Gestão Académica, cargo de direcção intermédia do 2.º grau, para a Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Área de actuação — coordenação dos serviços de Gestão Académica da ESTeSL.

Requisitos de admissão — os candidatos deverão ser detentores de licenciatura e ter experiência profissional em carreiras da Administração Pública em cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura num mínimo de quatro anos.

Perfil pretendido:

Experiência mínima de quatro anos no exercício de funções ligadas à gestão de estabelecimentos do ensino superior em geral e do ensino politécnico em particular;

Capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e trabalho em equipa;

Preferencialmente formação na área de Economia;

Capacidade de organização e de resistência a situações de pressão.